



notícias do

microcrédito

associação nacional de direito ao crédito

BOLETIM INFORMATIVO DA ANDC | OUTUBRO 2008 | NÚMERO 39

Os ventos sopram favoráveis ao desenvolvimento do microcrédito, mas...

Aparentemente, os ventos sopram favoráveis ao desenvolvimento do microcrédito: Muhamad Yunus obteve o Prémio Nobel, tem vindo a crescer o (re)conhecimento público das virtualidades do microcrédito e a acção das instituições que o concretizam nas mais variadas latitudes, incluindo na Europa. E, no entanto, a procura potencial tem tido alguma dificuldade em manifestar-se, verificando-se um desequilíbrio entre a oferta efectiva de microcrédito e o número dos que gostariam de criar ou desenvolver seu próprio negócio mas não têm possibilidade de aceder ao crédito bancário tradicional.

Entre nós, alguns factores poderão ajudar a explicar os obstáculos ainda sentidos: a arreigada cultura do trabalho dependente, as reservas de muitas instituições e profissionais do "social" à promoção da inserção pela via do económico, sistemas bancário, fiscal e legal pouco dados a facilitar as iniciativas "micro", uma conjuntura económica pouco favorável ao arranque de novas empresas, sobre-endividamento de muitas famílias, etc. Mas há também outras questões que se prendem com o modo como as instituições de microcrédito (ANDC incluída) se organizam, se financiam, divulgam e exercem a sua actividade.

De desafios e reflexões em torno destas questões se procura fazer eco neste número do nosso Boletim, aproveitando a participação de uma delegação da ANDC na Conferência Anual da Rede Europeia de Microfinança (REM), realizada em Nice, no início de Setembro, sob o lema "Microfinança: um instrumento para o crescimento e o emprego na Europa".

Os cerca de 400 participantes trocaram experiências e reflectiram em conjunto sobre preocupações e questões que estão na ordem do dia: - como usar a iniciativa da CE para melhorar o contexto da microfinança e das microempresas em cada um dos países?

- como incluir o microcrédito nos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão e a Estratégia de Lisboa?

- inovações para acompanhar os microempresários e desenvolver o empreendedorismo; técnicas de scoring;

- a sustentabilidade das instituições de microfinança (medir o desempenho social e financeiro, papel dos fundos de garantia e dos fundos de investimento no financiamento das instituições);

- o acesso das mulheres ao microcrédito e a educação financeira de adultos em situação de vulnerabilidade

- novos serviços financeiros (o microcrédito pessoal como nova

“

alguns factores poderão ajudar a explicar os obstáculos ainda sentidos: a arreigada cultura do trabalho dependente, as reservas de muitas instituições e profissionais do "social" à promoção da inserção pela via do económico, sistemas bancário, fiscal e legal pouco dados a facilitar as iniciativas "micro", uma conjuntura económica pouco favorável ao arranque de novas empresas, sobre-endividamento de muitas famílias, etc.

abordagem da inclusão social).

Na sessão de encerramento, a Comissária Europeia Danuta Hübner, fez o lançamento oficial de um novo instrumento de apoio financeiro ao desenvolvimento da oferta de microcrédito na Europa, a acção "JASMINE" (Joint Action to Support Microfinance Institutions in Europe), centrada no apoio técnico às instituições de microfinança e no seu financiamento.

Estas ocasiões são uma oportu-

nidade para reflectirmos sobre nossa própria experiência e identificarmos pistas de resolução de alguns dos problemas com que nos confrontamos. Também nós sentimos a necessidade de repensar o nosso modelo institucional e os modos de financiamento (privilegiar uma lógica de promoção do acesso ao crédito bancário, procurando que estes se tornem mais inclusivos, actuando a ANDC como mediadora? fazermos nós o empréstimo aos beneficiários, com financiamento junto dos bancos, uma vez que estes ainda não estão preparados para fazer ou não consideram rentável na sua actual arquitectura e funcionamento?). Também nós sentimos a necessidade de adaptar o enquadramento legal do estatuto e actividade do microempresário. Também nós precisamos chegar mais perto das pessoas a quem nos dirigimos, melhorar a qualidade e a eficiência da intervenção. Também nós nos temos vindo a questionar se faz sentido alargar o leque de serviços financeiros (ou outros) e qual a melhor forma de o concretizar.

Os ventos que sopram parecem favoráveis mas para que o sejam, de facto, importa sabermos para onde ir e como aproveitar as oportunidades, tendo bem presente as condições que são as nossas.

PAULA SANTOS

Microfinança Instrumento para o crescimento e o emprego na Europa

"(...) Esta é uma área em rápido desenvolvimento e acreditamos que a nossa política relativamente ao microcrédito vai ao encontro de necessidades reais e tem um enorme potencial para o futuro.

(...)

Sabemos que o potencial do microcrédito é enorme e não preciso de vos dizer que há uma importante falha financeira nesta área. É difícil quantificar, de forma precisa mas, de acordo com as nossas estimativas, poderiam ser efectuados 700.000 empréstimos adicionais se tivéssemos os intermediários, o capital e um contexto mais favorável. Ainda que estes dados sejam apenas estimativas, isto significa que um grande número de indivíduos espera por um pequeno empréstimo para iniciar um negócio.

(...)

Acreditamos que desenvolver o microcrédito requer mais do que encontrar formas de aumentar a provisão de capital. Também requer acções a diferentes níveis para ajudar as pessoas a criar novas empresas com razoável confiança.

(...)

Um pré-requisito importante é, claro, que os Estados Membros adaptem o seu quadro legal e institucional e promovam o empreendedorismo para que melhore o contexto do microcrédito. (...) O nosso objectivo é criar complementaridades e sinergias entre todos os actores no terreno: bancos, instituições não bancárias, redes, parceiros locais, etc. Também pretendemos promover a boa governância e o intercâmbio de boas práticas. O "mentoring" é uma delas. Last but not least, desenvolver o microcrédito na Europa requer parceiros do sector bancário e financeiro.

(...)

Vocês são parceiros importantes na cena do microcrédito e estão bem posicionados para contribuir para atingirmos os objectivos da Agenda de Lisboa. Têm um papel importante na cons-



Embora o vosso trabalho seja difícil, os resultados atingidos são espectaculares e apenas parcialmente reflectidos no crescente número de empréstimos concedidos pelas vossas instituições, ano após ano. Sei bem que por trás deste trabalho está um empenho difícil de avaliar e um know-how que gostariam de desenvolver e tornar mais visível. Também sei que ter os recursos financeiros adequados, de forma duradoura, é um problema crucial das instituições de microfinança.

trução de competências, na disseminação de boas práticas através da informação, da formação e da assistência técnica que oferecem aos beneficiários do microcrédito. Embora o vosso trabalho seja difícil, os resultados atingidos são espectaculares e apenas parcialmente reflectidos no crescente número de empréstimos concedidos pelas vossas instituições, ano após ano. Sei bem que por trás deste trabalho está um empenho difícil de avaliar e um know-how que gostariam de desenvolver e tornar mais visível. Também sei que ter os recursos financeiros adequados, de forma duradoura, é um problema crucial das instituições de microfinança. Por isso é que importantes elementos da nossa iniciativa passam por aumentar a provisão de capital e a criação de mecanismos de assistência técnica que ajudarão as instituições de microfinança a aumentar e melhorar o seu potencial.

Por isso criámos um novo instrumento de apoio que se chamará JASMINE (Joint Action to Support Micro-Finance Institutions in Europe). O seu objectivo é ajudar a consolidação das IMF e a adopção de boas práticas na sua criação, gestão e modo de operar. Será uma iniciativa conjunta da Comissão

Europeia e do Banco Europeu de Investimento. Procurar-se-á que a equipa do JASMINE ajude as IMF a atingir os níveis de qualidade necessários para que se tornem credíveis no mercado financeiro. Para isso, será elaborado um código de conduta, serão produzidas publicações, organizadas conferências, seminários, e visitas de intercâmbio, etc. A iniciativa JASMINE será um ponto de contacto para as IMF que desejem receber apoio financeiro ou técnico no quadro da iniciativa do microcrédito.

(...)

Com referi, desenvolver o microcrédito na Europa é um projecto ambicioso. Acima de tudo, estão em causa as pessoas, a sua subsistência, o desenvolvimento do enorme potencial que existe em todos nós. Não podemos levar a cabo este projecto sozinhos. Precisamos da contribuição de todo um conjunto de actores que tem um papel a desempenhar: vocês, IMF, mas também os bancos privados, as Instituições Europeias, as autoridades públicas, os Estados-membro, as regiões e outros interessados. Precisamos de o construir, pedra a pedra, antes de mais, a partir do que já está disponível. Precisamos mostrar que o microcrédito é uma oportunidade económica viável e que pode ser rentável a médio e longo prazo. Finalmente, importa demonstrar que o microcrédito pode contribuir para atingir os objectivos de Lisboa e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida de um grande número de cidadãos da Europa. Em termos simples, precisamos de convencer os nossos cidadãos de que o microcrédito tem futuro na Europa. (...) Acredito firmemente que o microcrédito tem um papel importante na promoção da inclusão social e no desenvolvimento de um novo sentido de empreendedorismo".

Condição necessária mas não suficiente

Dez anos de Microcrédito em Portugal é um período que confere experiência suficiente para nos congratularmos pelo contributo que esta resposta tem dado no combate à pobreza e na promoção da inclusão pela via do auto-emprego no nosso país, mas também para se retirarem aprendizagens de alavancagem para o futuro. Como podemos melhorar o funcionamento deste sistema? Que outros mecanismos poderiam complementar e potenciar as suas vantagens como instrumento gerador de desenvolvimento? Por onde devemos de crescer? Observando outras experiências de Microcrédito no mundo verificamos que um pouco por todo o lado temos companhia na busca de soluções mais completas e eficazes, e de uma envolvente social e legal que impulse os impactos desta ferramenta. Roberto Sansón Mizrahi tem publicado nas últimas edições da revista "Opinion Sur" artigos que sugerem algumas reflexões interessantes sobre a questão do Microcrédito como condição necessária, mas não suficiente.

Se é certo que o Microcrédito é bem mais que um pequeno empréstimo com condições financeiras especiais, oferecendo aos empreendedores um suporte que visa analisar, não só a sustentabilidade do negócio, como o próprio enquadramento pessoal, familiar e das competências profissionais a alocar ao negócio, é certo também que o âmbito de actuação da ANDC não pode abarcar todos os aspectos de desenvolvimento do indivíduo e do seu meio envolvente inerentes ao processo de inclusão, nem tão pouco de consolidação do negócio.

Ao falarmos da inclusão do indivíduo, temos presente que a pobreza e a exclusão são fenómenos complexos que assumem contornos não apenas económicos, mas sobretudo



A globalização dos mercados a que assistimos cria oportunidades mas também dificuldades a quem não tem dimensão para neles se impor. É urgente promover ligações, plataformas e acesso a informação que favoreçam o aumento de dimensão dos microempresários, nomeadamente, para se integrarem em redes de distribuição mais complexas e alcancarem novos mercados, bem como de aumento de poder de negociação.

social e individuais relacionados também com educação, nível de autonomia, e capacidade de influência no meio em que se relaciona. Temos uma pessoa com potencial para avançar com um pequeno negócio, mas sem competências para negociar de "igual para igual" com um fornecedor/cliente ou para fazer face a todos os processos legais, burocráticos e fiscais inerentes ao funcionamento regular do negócio, é factor de impedimento do crescimento do mesmo para outros patamares mais interessantes, levando a uma contínua dependência de apoio externo.

Falando estritamente do negócio, há que reconhecer que o Microcrédito é uma ferramenta útil, sobretudo, na fase de arranque do mesmo. No entanto, a microfinança abrange todo um conjunto de produtos, como seguros, poupança, investimento, desejavelmente adequados à microdimensão de que falamos, e que são cruciais à sua consolidação. Noutros países, há vários exemplos de entidades financeiras que têm vindo a agarrar este nicho de mercado com resultados financeiramente

interessantes para as mesmas. Em Portugal é um processo que está apenas no início.

A globalização dos mercados a que assistimos cria oportunidades mas também dificuldades a quem não tem dimensão para neles se impor. É urgente promover ligações, plataformas e acesso a informação que favoreçam o aumento de dimensão dos microempresários, nomeadamente, para se integrarem em redes de distribuição mais complexas e alcancarem novos mercados, bem como de aumento de poder de negociação.

Sintetizando, dar crédito e apoio inicial é crucial, anima os espíritos, aumenta a auto-estima, mas muito mais é necessário para que o negócio e o processo de crescimento do empresário se consolidem. Tanto o alargamento da gama de produtos financeiros (ex.: seguros), como a existência de estruturas e serviços complementares de qualificação, como ainda um enquadramento fiscal condizente com a dimensão e situação social dos microempresários (questões relacionadas com o estatuto do microempresário) são indispensáveis ao aumento de competitividade, à transição da micro para pequena dimensão, e da passagem de uma situação de fragilidade para a, tão na moda, sustentabilidade.

Urge assim encontrar soluções, dentro das estruturas existentes, ou com a criação de novas estruturas, que passem pela criação de respostas integradas e complementares a montante e a jusante do processo de Microcrédito e direccionadas especificamente para o empreendedorismo de microdimensão. Falamos de serviços técnicos, falamos de serviços financeiros, falamos de políticas fiscais e legais específicas.

MÓNICA BASTOS

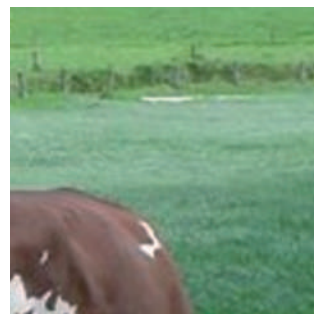
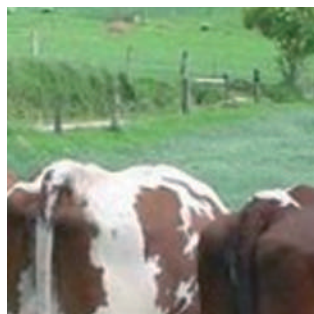
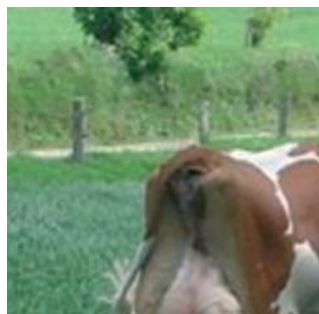


MARTA MARIA CONDESSO VARELAS

O microcrédito também deve contribuir para adaptar os negócios às exigências legais

Com apenas 35 anos, Marta Varelas trabalha com o companheiro há mais de 18 anos na produção de leite de vaca numa exploração no concelho de Trancoso, que tem sido o principal meio de sustento da sua família. Não haverá muita gente com tanta experiência nesta actividade, que aliás exige grande sacrifício: a ordenha faz-se bem cedo, o que obriga esta promotora a levantar-se invariavelmente às 6h00 da manhã, sem direito a folgas ou feriados. O estábulo tem que ser limpo 2 vezes por dia e é preciso assegurar alimentação, grande parte dela produzida na própria exploração, várias vezes ao dia. Deixar a exploração mais que algumas horas no mesmo dia, mesmo que seja para ir à cidade de Trancoso, é tarefa que exige planeamento prévio e férias é coisa em que nem sequer pode pensar. Mas, segundo Marta, compensa! É gratificante ver a exploração a crescer, pensar que começaram com apenas meia dúzia de vacas leiteiras e actualmente já têm 35.

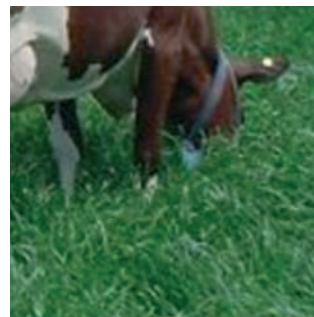
Apesar das várias melhorias que foram feitas na exploração ao longo dos anos com vista a cumprir as exigências dos clientes, a actividade teve sempre um cariz familiar e informal. Nos últimos anos as exigências legais e sanitárias têm vindo a apertar-se consideravel-



“

Deixar a exploração mais que algumas horas no mesmo dia, mesmo que seja para ir à cidade de Trancoso, é tarefa que exige planeamento prévio e férias é coisa em que nem sequer pode pensar. Mas segundo Marta compensa! É gratificante ver a exploração a crescer

mente e muitos investimentos tiveram que ser feitos. Quando foi necessário recorrer a crédito porque o financiamento próprio já não era suficiente, o facto da actividade não estar formalizada, não haver declaração de rendimentos e



não haver garantias foi um problema. A memória de um programa de televisão onde um caso com contornos semelhantes tinha sido apoiado pela ANDC, foi nesse momento de grande utilidade. O microcrédito surgiu como uma oportunidade para poder terminar as obras exigidas ao licenciamento e para poder dar um novo impulso ao negócio, com aquisição de mais alguns animais.

O caso desta microempresária é um bom exemplo de como o microcrédito pode ser não apenas um incentivo/apoio ao arranque de novos negócios, mas também

um importante contributo para a formalização de negócios e adaptação de actividades a novas exigências legais e de mercado, que de outra formas poderiam muitas vezes perder-se. Ainda mais em casos como este em que existe um prazo para se proceder ao licenciamento. Marta regozija-se por ter agora um negócio formal, com todos os compromissos legais e fiscais assegurados e com outras condições para poder crescer e inclusivamente poder vir a recorrer no futuro a crédito sem necessidade de intervenção da ANDC!

MÓNICA BASTOS

crédito rápido

Prémio de Investigação sobre o Microcrédito 2008

Na V Conferência Anual da REM foi anunciado o vencedor do Prémio: Karl Dayson, Director Executivo e Pål Vik, assistente de investigação, da "Community Finance Solutions", Universidade de Salford (Reino Unido), pelo seu artigo "Making European microfinance more sustainable - lessons from Britain".

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITO AO CRÉDITO

Projecto apoiado pelo IEFP
- Instituto do Emprego e Formação Profissional

N.º Azul: 808 202 922

<http://www.microcredito.com.pt>

Praça José Fontana, 4-5º andar 1050-129 Lisboa

Tel 21 315 62 00 | Fax 21 315 62 02

E-MAIL: microcredito@microcredito.com.pt

Rua Júlio Dinis, 728 - 2º Sala 226 - 4050-321 Porto

Tel/fax 22 600 28 15

E-MAIL microcredito@microcredito.com.pt

Proprietário e Editor:

Associação Nacional de Direito ao Crédito

Director:

Paula Santos

Tiragem:

4 000 exs.

Periodicidade:

bimestral

Sede da Redacção:

Praça José Fontana, 4- 4º andar 1050-129

Lisboa

Design e paginação:

Alemtudo@sapo.pt

Tipografia:

Multitom, lda

Complexo Industrial Moinho Vermelho -

Armz Norte -

2645-041 ALCABIDECHE